

**COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO QUE
LEVOU À NACIONALIZAÇÃO DO BPN
E SOBRE A SUPERVISÃO BANCÁRIA INERENTE**

3 de Julho de 2009

49.ª Reunião

Ordem de trabalhos:

Apresentação e discussão do relatório

Índice Remissivo

A

A Sr.ª Presidente · 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 18, 21, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 41, 42, 43

H

Honório Novo (PCP) · 7, 10, 11, 13, 25, 26, 27, 34

Hugo Velosa (PSD) · 6, 7, 32, 36

J

João Semedo (BE) · 15, 18, 19, 23, 25, 26, 28, 32, 33, 41, 42, 43

M

Miguel Macedo (PSD) · 13, 21, 23, 27, 35

N

Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) · 5, 12, 30, 31, 33

R

Ricardo Rodrigues (PS) · 19, 20

S

Sónia Sanfona (PS) · 3, 6, 7, 13, 18, 35, 36, 40

A Sr.^a Presidente (Maria de Belém Roseira): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 13 horas e 10 minutos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, uma vez que há vários compromissos sobrepostos, vamos tentar ser muito operacionais nos nossos trabalhos.

Eu própria tenho um compromisso em Torres Novas, pelo que peço ao Sr. Deputado Honório Novo que me substitua, se for necessário, daqui a pouco, uma vez que o Sr. Vice-Presidente José Pedro Aguiar Branco não se encontra presente, e, no caso de o Sr. Deputado Honório Novo não me poder substituir por querer intervir, peço ao Sr. Deputado Marques Júnior.

Sr.^{as} e Deputados, esta reunião tem como ponto único da ordem de trabalhos a continuação da análise do projecto de relatório, para nos encaminharmos para uma versão final, por isso vou dar a palavra à Sr.^a Deputada relatora, Sónia Sanfona, uma vez que, na sequência da última reunião, os vários grupos parlamentares enviaram contributos para esta fase do relatório e é útil ouvir a posição da relatora sobre os mesmos.

Tem, pois, a palavra, a Sr.^a Deputada Sónia Sanfona.

A Sr.^a Sónia Sanfona (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente, e muito boa tarde, Srs. Deputados.

Sr.^a Presidente, no seguimento da elaboração de um primeiro documento expositivo, que pretendeu ser um documento de trabalho para assentarmos na matéria de facto e, portanto, no desenho daquilo de decorreu durante esta Comissão, quer em sede de audições, quer em sede

de documentação, para o relatório final, que foi apresentado aos Srs. Deputados e para o qual foi solicitado o contributo que entendessem como útil, recebi dos vários grupos parlamentares um conjunto de propostas de aditamento, de correcção, etc. e procurei introduzir no documento inicial, praticamente, todas as sugestões que foram feitas, numa tentativa de, que acho que foi bem conseguida, completar aquele primeiro documento, de lhe dar alguma dimensão e um conteúdo mais denso, por forma a representar, de alguma forma, com maior fidedignidade, um conjunto de coisas que para cada um dos Srs. Deputados era importante que fosse vertida em sede de relatório. Aliás, o meu próprio grupo parlamentar aditou também um conjunto de alterações que se prendem com a análise das duas últimas actas que estavam em falta quando apresentei o primeiro documento.

Quero também deixar uma palavra de agradecimento aos serviços pela celeridade com que foi possível transcrever estas actas, que, de facto, eram fundamentais, sobretudo em relação à questão da nacionalização e da supervisão para que se pudesse completar o documento.

Portanto, com todos estes contributos que fui recebendo e com os que nós próprios entendemos, à luz da análise destas actas, que seria útil colocar aqui, apresento o documento, que penso que já todos os Srs. Deputados têm, onde estão relevados, a cor diferente, os contributos e os aditamentos que fizemos em função das actas e das propostas feitas.

É, pois, este o documento que, enquanto parte expositiva do relatório, submeto à Comissão para se pronunciar e para o que tiver por conveniente.

Deixarei à Sr.^a Presidente a função de saber o que é que os outros grupos parlamentares pensam.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada, Sr.ª Deputada.

Como se lembram, na última reunião, também informei que os serviços de apoio à Comissão estavam a fazer a parte introdutória do relatório.

Quero pedir desculpa, desde já, porque há uma gralha na primeira página, porque se refere que o anúncio relativamente à Comissão eventual foi feito na reunião plenária da Assembleia da República de 27 de Dezembro, quando devia ser 27 de Novembro. Trata-se de um lapso, que peço a todos os Srs. Deputados para corrigir, porque é fácil. Aliás, é esta data a correcta, de acordo com a nota que se encontra também na primeira página.

Para se pronunciar sobre o relatório, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, é apenas para agradecer à Sr.ª Deputada Sónia Sanfona a disponibilidade que mostrou ao incluir no relatório os contributos que o CDS enviou, que, tanto quanto percebo desta avaliação, necessariamente sumária, do documento, porque o tempo vai sendo cada vez mais escasso, foram incluídos na íntegra.

Nós apresentámos propostas de alteração muito importantes e muito significativas nos diferentes níveis de avaliação desta Comissão, quer da gestão do BPN, quer da supervisão do Banco de Portugal, quer das circunstâncias da nacionalização e, portanto, parece-nos que, agora, em certa medida, a parte dispositiva retrata com maior fidelidade alguns dos depoimentos mais relevantes, muitos dos documentos enviados e muitos

dos aspectos que serão determinantes para considerar também nas conclusões finais.

Faço apenas um apelo para que, na medida do possível, as conclusões fossem distribuídas com brevidade, porque teremos de discutilas aqui no dia 7 e teremos que preparar a intervenção para Plenário do dia 9, e este é um aspecto politicamente muito relevante no final dos trabalhos desta Comissão.

Ficarei, portanto, muito grato se as conclusões não fossem enviadas de véspera, ou seja, se nos fosse dado algum tempo para preparar tudo aquilo que essas conclusões justifiquem.

A Sr.^a Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sr.^a Presidente, é também para felicitar e agradecer o trabalho feito pela Sr.^a Deputada Sónia Sanfona.

Realmente, tenho enorme dificuldade em pronunciar-me sobre qualquer coisa, sem previamente a ter lido... Eu estive toda a manhã em funções parlamentares no Plenário e, de vez em quando, ia tentando ler o relatório, mas lá não há hipótese.

Portanto, Sr.^a Deputada, falando muito claramente, fiquei sem saber, quando disse que tinha aceite praticamente todas as sugestões, qual é a extensão do «praticamente». Ou seja: o «praticamente» pode ter uma maior ou menor extensão...

A Sr.^a Sónia Sanfona (PS): — No que toca ao PSD é tudo!

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Essa é uma boa notícia. Acredito naquilo que está a dizer e, portanto, naturalmente que para nós e para o Deputado Nuno Teixeira de Melo...

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Ó Sr. Deputado, desculpe, eu só não introduzi neste texto os pontos que entendi que eram conclusivos ou opinativos. Todos aqueles que eram reprodução de matéria factual incluí no texto.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Muito bem!

Sendo assim, e, naturalmente, confiando — e não há razões para não confiar — naquilo que diz a Sr.ª Deputada Sónia Sanfona, gostaríamos de passar à fase seguinte, que é a fase das conclusões.

Penso que esta reunião de hoje, pelo menos do nosso ponto de vista, mas poderá haver outros, pouco mais longe poderá ir do que termos este tipo de diálogo.

Portanto, para além de todo o trabalho que já teve, aquilo que fazemos é um apelo para que tenhamos acesso, com alguma brevidade, às conclusões e também àquilo que já está mais ou menos acertado, que é saber se existem ou não sugestões de alterações legislativas em relação ao funcionamento da supervisão, para podermos discutir essa parte que julgamos que é a mais importante.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.ª Presidente, o problema é, de facto, saber o que é que é o «praticamente», pois, pela nossa parte,

durante a manhã, não foi possível fazermos uma avaliação exaustiva do conjunto de propostas de alteração, de aditamento, de inclusão que fizemos, num primeiro grupo, na passada segunda-feira e, num segundo grupo, ontem mesmo, no sentido de vermos o que terá sido ou não incluído – aliás, temos a sensação de que há muita coisa incluída, naturalmente.

Sabemos que, na parte introdutória, também está em vias de preparação uma discriminação, não só do que aqui está já mas também daquilo que foi entregue, de uma forma autonomizada, pelos depoentes e pelos Deputados ao longo das audições. Isso vai ser também incluído numa parte introdutória e digamos que isso fecha o ciclo de documentos que propusemos que fossem incluídos como introdução.

Mas a verdade é que julgo que tínhamos tido alguma vantagem se a Sr.^a Deputada Sónia Sanfona tivesse tido um pouco a maçada de, no início, nos dizer o que é que acolheu nas diversas sugestões.

De toda a maneira, já tenho algumas dúvidas e algumas indicações de desacordo sobre aquilo que nos foi possível apurar.

O primeiro desacordo tem a ver com a forma como não foi introduzido no texto tudo o que diz respeito à problemática do levantamento do sigilo profissional e bancário. Creio que o que aqui estava e está fica bastante aquém daquilo que propusemos que fosse incluído, e, se me permitem a avaliação, fica bastante aquém da realidade factual.

Na verdade, não se faz, como nós propusemos que se fizesse, uma descrição da situação integral; não se faz referência à disponibilidade, manifestada por todos os grupos parlamentares, numa determinada fase, para levar às últimas consequências todas as possibilidades de

levantamento do sigilo profissional e bancário; não se refere, de uma forma explícita, nenhuma das propostas feitas nesta Comissão para que a Comissão nada fizesse, perante uma última resposta do Banco de Portugal de recusa de informação e documentação. Portanto, não me parece que seja despropositado eliminar essa discussão e reduzi-la apenas a um parágrafo, a um período.

Assim, considero-me completamente insatisfeito no acolhimento que a relatora fez sobre esta matéria.

Por isso, tenho de voltar a insistir para que se introduza, de uma forma explícita, a proposta feita por mim e que se introduza, porque não está de todo, a proposta subsequente de participação ao Ministério Pública por indícios de crime de desobediência qualificada.

Primeiro, a primeira proposta não está reportada e não está clarificada qual é a origem da proposta e, depois, estão caracterizadas as razões pelas quais o Partido Socialista recusou o recurso ao Tribunal da Relação, mas, curiosamente, não está explicitado qualquer argumento em sentido contrário, por exemplo, a invocação da jurisprudência, e por aí fora.

E, portanto, gostava de ouvir a opinião da relatora sobre esta matéria.

Outra situação ...

Pausa.

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado, já terminou?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não, tenho mais duas situações que consegui detectar de não...

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, são, então, mais dois pontos. É Sr. Deputado?

OS r. Honório Novo (PCP): — Sim.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe, então, para ser...

OS r. Honório Novo (PCP): — Mas temos algum limite de tempo? É que eu não tinha percebido isso...

A Sr.ª Presidente: — Não, não é uma questão de limite de tempo; é tentarmos agilizar os nossos trabalhos, porque hoje é um dia difícil para vários Deputados. É só por isso!

O S. Honório Novo (PCP): — Sr.ª Presidente, se a Sr.ª Relatora tivesse abrigado integralmente todas as minhas sugestões de aditamento, eu não teria necessidade de...

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, a Sr.ª Relatora manifestou toda a abertura nesse sentido.

O S. Honório Novo (PCP): — ... usar tanto tempo de palavra e tanto tempo de justificação.

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado, se usar um discurso muito concreto é mais fácil para a avaliação política.

Queira, então, continuar, Sr. Deputado.

O S. Honório Novo (PCP): — Bom, depois temos na matéria de facto, no ponto D uma proposta de aditamento relativamente ao Banco Insular – pág. 38 § 3.º do *draft* – que tem a ver com a explicitação de uma ideia, que pode ou não estar contemplada, de que apesar de o conhecimento e de os debates internos sobre a existência do Banco Insular, que ocorreram desde cedo na gestão Dr. Abdool Vakil, a comunicação formal ao Banco de Portugal da relação privilegiada ou da titularidade, não quero utilizar nem uma nem outra expressão, entre o BPN e o Banco Insular só ter tido lugar no início de Junho de 2008.

Finalmente, na pág. 47 final do § 1.º do *draft*, fizemos uma proposta de aditamento, e onde se afirma que «a rede de *offshore* serviu a estratégia de ocultação de actividades e de procedimentos irregulares e ilegais...» gostaríamos de ver incluído aqui que um número muito significativo destas *offshore* eram do conhecimento do Banco de Portugal, sendo que faço questão de enumerar o relatório da inspecção do Banco de Portugal ao BPN, datado de Maio de 2007, onde muitas dessas *offshore* são extensivamente descritas, dizendo-se expressamente nesse relatório que «relativamente a algumas delas nunca o Banco de Portugal obteve informação sobre a titularidade dos respectivos beneficiários últimos.» E onde se acrescenta, também reportando ao relatório do Banco de Portugal, «que essa situação era uma situação de não informação que permaneceu vários meses...», se não mesmo anos.

Uma última questão na parte da supervisão tem a ver com a referência expressa ao facto de a CMVM nunca ter tido conhecimento da actividade de gestão de carteiras de património associada às contas de investimento, ou melhor, só ter tido conhecimento por denúncia.

Mais: a referência, que me parece mais importante, à ausência de comunicação de uma contra-ordenação que foi aplicada pela CMVM ao BPN Imofundos por causa do Excellence Assets Fund em 2004 e que não foi comunicada ao Banco de Portugal.

Estas são algumas sugestões que tínhamos dado e que não nos parecem estar vertidas no texto.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, justificando, talvez, esta insatisfação do Deputado Honório Novo, mas, no meu caso, a satisfação pela inclusão que a Deputada Sónia Sanfona fez das nossas propostas, queria dizer que, na verdade, nós optámos por remeter à Deputada relatora um texto com as inclusões que nos faziam sentido, mas houve outros Deputados que optaram por fazer a sugestão dizendo que entendiam que deveria ser incluído este ou aquele aspecto e, portanto, aí há sempre uma subjectividade, porque a Sr.^a Deputada poderá não ter conseguido traduzir em texto essas sugestões.

Todavia, quero salientar que, no que nos toca, enviámos cerca de 55 páginas de alterações escritas que foram incluídas na íntegra, por isso com total correspondência pelo que pretendíamos, o que, espero, também se traduza nas conclusões e, se assim for, ficaremos completamente satisfeitos, Sr.^a Presidente.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.ª Presidente, apenas para dizer que tudo o que eu referi, por acaso, são propostas de alteração com texto para incluir.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr.ª Presidente, peço a palavra.

A Sr.ª Presidente — Sr. Deputado Miguel Macedo, deixe-me dar a palavra à Sr.ª Deputada relatora, porque ainda há grupos que se vão inscrever agora pela primeira vez e depois o Sr. Deputado usará da palavra.

Tem, então, a palavra à Sr.ª Deputada Sónia Sanfona.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Sr.ª Presidente, creio que é mais fácil esta metodologia de poder esclarecer logo rapidamente.

Relativamente a esta última matéria que o Sr. Deputado referiu, que é o ponto D da matéria de facto,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Creio que está inserida em vários momentos ...

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — ... queria dizer que, para além do que acaba por referir o Sr. Deputado Nuno Melo, que foi que os grupos parlamentares, no caso também o PCP, na generalidade das questões, mandaram texto feito para incluir no *draft*, a verdade é que para manter

uma sistemática e uma lógica algumas das sugestões foram incluídas ao longo do texto e não no ponto em concreto para onde estavam propostas.

Por outro lado, o mesmo contributo, ou melhor várias outras propostas, não eram únicas de um grupo parlamentar ou de um Deputado e, portanto, esse contributo foi incluído no local...

Por hipótese: se o CDS fez a mesma proposta ela foi incluída no local onde o CDS sugeriu que se incluisse e não onde o PCP pretendia, daí a razão de, por exemplo, neste caso concreto da pág. 130 e 140 do novo texto, estarem vertidas rigorosamente as frases que fazem parte da proposta do PCP.

Gostaria, ainda, de dizer que há um conjunto de outras sugestões que estão já diluídas no texto.

Como ainda não tínhamos colocada a parte respeitante às últimas actas, faltava informação sobre a parte da supervisão, que foi acrescentada em função da análise que fizemos das actas, houve um conjunto de matérias que estão aqui sugeridas e que estão vertidas agora nessa parte do texto.

Ainda quanto à questão da pág. 37 § 3.º sobre o Banco Insular quando o Sr. Deputado sugere que acrescentemos que «nunca o Banco de Portugal tomou a iniciativa de promover uma auditoria ou inspecção ao sistema informático do BPN...», inseri esta parte mas não a parte que vem a seguir e que diz «... o que a ter sido efectuado permitiria detectar o sistema que envolvia o Banco Insular», porque entendi que esta é uma frase conclusiva e traduz uma opinião, ou seja, se tivesse sido feito ter-se-ia apurado isto ou aquilo...

Ora, eu creio que não é aqui a sede de o fazer e, portanto, entendi que devia incluir a primeira parte, que é meramente factual, e retirar a última parte da frase.

Portanto, queria deixar claro que incluí tudo o que não me levantou questões sobre se era conclusivo ou opinativo; era matéria de facto e, portanto, essa foi incluída.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, gostava de começar por dizer que sugeria que não saíssemos hoje daqui sem haver por parte do PS um compromisso claro relativamente à entrega do relatório na sua versão integral, ou seja, com as conclusões.

Creio que não é possível continuar neste ritmo e neste regime, pois precisamos de saber exactamente quando é que a Sr.ª Deputada relatora entrega o que falta e que é a parte de leão do documento.

Segundo, gostaria de dizer o seguinte: acho que esta segunda versão é melhor do que a primeira, mas, do meu ponto de vista, padece exactamente dos mesmos erros metodológicos que registei quando li a primeira versão.

De facto, a segunda versão é melhor do que a primeira, primeiro porque é menos unilateral e, segundo, porque é mais completa ou, se quisermos, menos incompleta e isto foi feito usando como instrumento a introdução no texto de um conjunto de extractos de diversas actas que, naturalmente, dão na sua leitura um maior equilíbrio.

Mas, a minha opinião, é que eu acho que nada disto era necessário e o relatório expositivo devia ser uma súmula dos factos apurados pela Comissão.

Quem ler este relatório, para além de adormecer nas primeiras páginas ou nas páginas do meio, porque exige uma capacidade de sacrifício, de militância literária muito grande, não consegue extrair quais são os factos a que esta Comissão chegou nas suas conclusões como factos evidenciados e demonstrados pelo nosso trabalho.

Portanto, do meu ponto de vista, o relatório deveria não ser uma acumulação excessiva de extractos de actas mas, sim, um texto escrito por esta Comissão, por proposta da Sr.^a Relatora, sobre os factos que nós apurámos, sobre aqueles que não se apuraram, porque há factos que o debate revelou que nós não tínhamos condições ou não conseguimos apurar, e também sobre os factos que encerram em si contradições que ficaram por esclarecer.

Assim, identifico-me muito pouco com este estilo de relatório e com este tipo de trabalho, mas reconheço que da primeira versão para a segunda há um passo em frente no sentido de um maior equilíbrio quer relativamente à unilateralidade do texto quer quanto aos aspectos que agora ficaram incluídos.

Quero, ainda, dizer que fizemos muitas propostas, algumas delas sugerindo algumas mudanças no arranjo do texto, na sua sistematização, na sua organização, outras sugerindo a inclusão de algumas actas e muitas outras sobre o texto, mas nenhuma aparecem no documento que a Sr.^a Deputada nos entregou – aliás, a minha primeira preocupação hoje foi confirmar que o documento que ontem enviámos às 12 horas tinha chegado ao seu destino e chegou.

Portanto, a razão de não aparecer uma única das nossas propostas explica-se, julgo eu, pelas palavras já ditas pela Sr.ª Deputada Sónia Sanfona.

A propósito disto gostaria de dizer o seguinte: apesar do que já disse, penso que a inclusão de algumas actas, por sugestão de diversos partidos, inclusive, da própria Sr.ª Relatora, contempla algumas das propostas que fizemos e, desse ponto de vista, pensamos que as coisas estão bem.

Outras coisas não percebo mesmo porque é que não estão incluídas, mas, enfim, essa foi uma opção da Sr.ª Relatora e eu, depois, face a isso também terei a minha opção de voto relativamente ao relatório.

Agora, não eram, ao contrário do que já foi dito, textos conclusivos ou opinativos, eram textos sobre factos que eu tenho a convicção que esta Comissão apurou no trabalho que fez durante seis meses e que, do meu ponto de vista, são factos importantes para, depois, no capítulo das conclusões se poder dizer algumas coisas que se não estiverem referidas na parte expositiva dificilmente poderão ter sentido nas conclusões.

Por último, queria fazer uma pergunta muito particular: eu não estive no início da reunião, admito que a Sr.ª Deputada Sónia Sanfona tenha explicado isso, mas, gostaria de saber qual é a diferença entre os verdes e os azuis do texto só para eu perceber se este daltonismo literário tem alguma explicação, na exacta medida em que me pareceu que a azul estão as sugestões ou as propostas do CDS-PP e a verde serão as sugestões ou as propostas introduzidas pela própria Sr.ª Deputada Relatora.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — A azul estão as propostas dos vários grupos parlamentares a verde estão as propostas feitas na sequência da leitura das duas últimas actas.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, as verdes são suas, digamos assim, e as azuis são de todos, de quem as apanhar...

A Sr.ª Presidente: — Eu hoje coincidentemente vesti-me de azul não sabia que poderia ter algum significado.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas olhe, Sr.ª Presidente, que lhe fica muito melhor que às actas.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada.

Em relação a um dos aspectos que o Sr. Deputado João Semedo aqui referiu eu já na última reunião tinha dito que tinha distribuído por todos os membros da Comissão de inquérito um índice provisório de desenvolvimento do relatório, tendo solicitado, na altura, o contributo de todos os Srs. Deputados e não me chegou nem à Comissão nenhuma sugestão de alteração desse índice e, com certeza, que poderíamos ter melhorado se todos os Srs. Deputados tivessem acrescentado o valor da vossa intelectualidade e da vossa capacidade de enriquecer aquilo que pode ser um trabalho colectivo, sendo muito maior que um individual nesse sentido.

De qualquer maneira, não digo mais do que isto e dou, desde já, a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Sr.ª Presidente, em primeiro lugar, quero reafirmar qual é a disposição do Partido Socialista sobre esta matéria. Bem sei que esta Comissão tem um pendor mais individual, mas devo dizer que na matéria metodológica e naquilo que diz respeito à feitura do relatório, que é da responsabilidade da Sr.ª Relatora, há naturalmente uma responsabilidade política solidária do partido de que a Sr.ª Relatora é elemento.

Assim, devo dizer que nessa matéria, tal como já disse a Sr.ª Relatora, nós, nesta parte expositiva, colocamos — e a Sr.ª Relatora fê-lo — todos os factos que nos foram trazidos. Se houver alguma omissão nessa matéria ainda estamos na disposição de colocar todos os factos que possam ser trazidos a esta Comissão e que resultem quer das audições, quer dos documentos entregues. Não queremos que haja qualquer dúvida sobre essa matéria.

Factos são para constar e, portanto, ninguém tem de ter dúvidas sobre essa matéria

A verdade é que — e faço agora um parênteses — na próxima comissão de inquérito se o Deputado João Semedo dela fizer parte, eu vou votar para ele ser o relator, porque ele diz que é capaz de fazer um relatório em seis ou sete folhas, dele constando os factos provados, os factos não provados e os contraditórios. Bom, deve ser um exercício de bisturi para poder levar a efeito um relatório tão curto que possa ser assim tão eficaz.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Deputado, agradeço-lhe que reconheça publicamente as minhas elevadas faculdades.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Reconhecerei sempre, mas quando apresentar o tal relatório, tem de demonstrar, *quod demonstrandum*.

Gostaria, ainda, de dizer que me parece patente a precipitação de alguns grupos parlamentares, ou de alguns Srs. Deputados, em criticar o *draft* inicial que a Sr.^a Deputada Sónia Sanfona tinha apresentado, tendo ela, desde logo no início, dito que se tratava só de um documento para indicação e não conclusivo e que queria acolher os diversos contributos. Alias, de resto, eu também tinha dito isso em reunião de coordenação, ou seja, eu já tinha dito, de boa-fé, que queria que todos os contributos ficassem no relatório e pedi que os senhores acreditassem que essa era a disposição do Partido Socialista.

Portanto, como se veio a verificar, alguns comentários foram precipitados sobre a boa-fé que o Partido Socialista mantém e manterá nesta Comissão.

Estou certo que, não tendo ainda sido apresentadas as conclusões, alguns Srs. Deputados irão também engolir, passo a expressão, alguma crítica precipitada que terão feito sobre conclusões que nós ainda não apresentámos.

Dito isto gostaria de dizer que como vêm tem sido um trabalho muito árduo da Sr.^a Relatora e, naturalmente, também, dos serviços que a apoiam, mas nós apontamos para que o relatório final seja presente a todos os Srs. Deputados até segunda-feira ao meio-dia.

Vamos, naturalmente, neste fim-de-semana completar todas as contribuições que os Srs. Deputados queiram fazer chegar ainda durante o dia de hoje à Sr.^a Deputada Sónia Sanfona e trabalharemos todo o fim-de-semana no sentido de não só apontar as conclusões, mas também apontar as iniciativas legislativas que devem ser tomadas pelo Parlamento e,

ainda, alguma área que tem que ver com o envio do relatório à Procuradoria-Geral da República que, naturalmente, saberá aproveitar todo o trabalho que a Assembleia da República desenvolveu e que, por força das competências específicas quer da Assembleia da República, não nos compete apreciar nesse relatório, mas temos o ensejo e o desejo que a Procuradoria-Geral da República as saiba utilizar em proveito da justiça.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr.ª Presidente, queria aqui tocar em três ou quatro pontos, sendo que sei que, se calhar, vou ter aqui uma resposta diferente da que tive quanto à primeira parte deste trabalho, pois confesso que, tendo já lido uma grande parte da segunda versão do relatório, uma coisa é ler, outra coisa é reflectir sobre algumas das coisas que aqui estão e convém assentar com calma nisto, coisa que farei no fim-de-semana.

Mas queria sublinhar três pontos: primeiro, quero cumprimentar a Deputada Sónia Sanfona, porque, independentemente das opções de fundo que estão no relatório – e não estou agora a falar das conclusões, que são muito importantes e que nunca mais chegam –, independentemente das opções de fundo que se façam para elaborar este relatório, este é um trabalho muito difícil, eu falo por experiência própria, eu sei que isto é muito difícil e, portanto, quero cumprimentar a Sr.ª Deputada Sónia Sanfona, porque reconheço o esforço que foi feito do primeiro para o segundo *draft* e o acolhimento que tiveram as propostas que enviámos, muitas de ordem formal e os quatro ou cinco pontos que considerávamos, ainda, não em redacção final, mas do ponto de vista

indicativo das matérias que nos apreciam importantes aqui estar e que, no geral, tiveram acolhimento neste segundo *draft* e, portanto, julgo que é de inteira justiça reconhecer esse esforço que foi feito pela Sr.^a Deputada Relatora.

Quero, no entanto, dizer que com esta segunda versão se abrem outro tipo de problemas. Eu não quero aqui reiniciar a discussão, porque não faz sentido, neste momento, sobre como é que deve estar organizado este relatório, mas para não correremos o risco, que foi, há pouco, apontado pelo Sr. Deputado João Semedo, de, porventura, ser excessivamente entediante a leitura deste relatório, coisa que seria de menor importância, mas, sobretudo por ele não ter, dentro da organização por que optaram, uma lógica de exposição que permita com facilidade apreender as questões que aqui estão, eu permitia-me, sem prejuízo daquilo que aqui está, porque não estou a fazer qualquer alteração de fundo ao relatório, propor que algumas destas matérias tivessem uma arrumação diferente.

Vou dar um exemplo: uma das matérias relevantes do relatório que aqui está, a páginas 150 e seguintes, tem a ver com o chamado Plano BPN 23X08, da administração do Dr. Miguel Cadilhe, e com a resposta que o mesmo mereceu por parte do Ministério das Finanças sob parecer do Banco de Portugal.

Do ponto de vista meramente descritivo acho que esta parte está confusa. Porquê? Porque eu acho que nesta parte do relatório, como noutras – e esta é apenas uma lógica de sistematização – acho que devíamos começar pela apresentação daqueles que eram os elementos essenciais do Plano BPN 23X08, depois devíamos pôr os elementos essenciais da resposta do Banco de Portugal (tudo do ponto de vista

factual) e depois, então devíamos ir à parte em que uma parte e outra explicam as motivações quer da proposta quer da decisão que foi de recusa da proposta.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito bem!

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Ora, isto tem a vantagem de quem consultar o relatório, que não é para ficar dentro da Comissão, tem a parte puramente factual e... Bom, e o que acontece neste ponto acontece noutros. É mesmo uma questão de tentarmos sistematizar um bocadinho melhor dentro de cada uma das áreas que são abordadas no relatório.

Mas acho que isto tinha vantagens. Porquê? Primeiro porque ficava claro, de forma muito sintética, quais eram os pontos essenciais desta Operação Cabaz, em segundo quais eram os pontos essenciais que tinham motivado a recusa do Banco de Portugal – estou a ater-me a estes pontos, mas há outros – e depois nota final, digamos assim, dentro deste capítulo as motivações expressas na Comissão por uma e outra parte.

Acho que ganhávamos em nitidez, em recorte na exposição e nas opções que estavam sobre a mesa, porque, porventura, do ponto de vista expositivo é muito importante em relação a algumas das matérias que estão no relatório, e que estão, no geral, bem, tentar fazer bem a distinção entre as duas ou três opções que estavam em cima da mesa em cada momento.

Acho que o relatório no seu conjunto ganhava com isso e, portanto, fica esta sugestão e deixo também a nossa disponibilidade para durante o fim-de-semana ainda trabalharmos um pouco mais nisso no sentido de podermos introduzir algumas melhorias.

Temos ainda aqui mais três ou quatro pequenas coisas, a maior parte delas formais, que, entretanto, ocorreram na passagem de um para o outro *draft* e vamos fazer chegar essas propostas à Sr.ª Relatora da mesma forma que fizemos relativamente à primeira parte do trabalho e ela avaliará.

Quero ainda dizer que estávamos a aguardar que hoje fosse possível entregar a proposta de conclusões. Os Deputados do PSD estão a trabalhar num texto de propostas de alteração, mas quero dizer à Sr.ª Deputada Sónia Sanfona que, sem prejuízo desse trabalho, vamos apresentar ainda hoje à Comissão, ao fim da tarde, um conjunto de propostas de alteração aos termos em que se faz a supervisão em Portugal, que é uma das razões desta Comissão de inquérito, pois foi uma das matérias mais debatidas aqui, sendo que umas implicam alterações ao regulamento das instituições financeiras, que está em vigor, outra implica alterações ao nível de outros códigos e assinalaremos quais são as consequências que pretendemos com essas alterações, e entendemos que, ainda hoje, devemos fazer essa proposta, porque segunda ou terça-feira vai haver outra reunião e compreendemos que é preciso haver algum tempo de maturação, para que qualquer um dos Srs. Deputados desta Comissão possa, com fundamento e com inteiro conhecimento das propostas feitas, estar habilitado a fazer a votação quando for o momento próprio.

Quero anotar este facto: aquilo que vamos mandar não são as nossas conclusões, é uma parte conclusiva daquilo que entendemos que devem ser as motivações para alteração das regras que hoje se aplicam à supervisão, sendo que, desde já vos digo ou digo a esta Comissão, não vamos satisfazer o Sr. Governador do Banco de Portugal no sentido de

tirar algumas das competências que hoje estão na lei, que não foram usadas e que o deviam ter sido, e que o Sr. Governador disse nesta Comissão — estou a citar palavras do Sr. Governador do Banco de Portugal — que não deviam ser usadas pelas consequências gravosas que podiam ter para a instituição bancária, no caso, ou até para o conjunto do sistema bancário.

É que a questão não é essas normas estarem na lei, estão lá e acho que estão muito bem. Era o que mais faltava, não sei quantos anos depois, vir alegar-se que estão mal, que não devem ser usadas, porque são perniciosos os resultados do seu uso! Portanto, nessa matéria não mexemos e também nessa matéria não damos razão ao Sr. Governador do Banco de Portugal.

Para terminar, gostava de vos dizer que vamos hoje enviar essas propostas para os serviços da Comissão, para que possam ser distribuídas aos Srs. Deputados, para que, no tempo próprio da votação, possam estar habilitados com elas.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Desculpe, Sr.ª Presidente, mas...

A Sr.ª Presidente: — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.ª Presidente, eu só me inscrevi agora, portanto, não quero prejudicar a prioridade do Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, a minha prioridade agora é comer.

A Sr.ª Presidente: — Nós não estamos numa reunião da Comissão de Saúde, como há pouco parecia, com cirurgias, com competências invocadas, etc., que nós não tínhamos capacidade para ver.

O Sr. Deputado João Semedo está a acabar de comer qualquer coisa, portanto, faça favor, Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.ª Presidente, há algumas questões que coloquei inicialmente que ainda não estão respondidas, mas estou seguro de que a Sr.ª Deputada relatora ainda irá satisfazer a minha curiosidade sobre o encaminhamento de algumas das propostas que não foram contempladas. Aliás, depois de ouvir o Deputado Ricardo Rodrigues, estou plenamente seguro de que alguns textos propostos serão integrados. Assim espero! Vamos ver!

Estou é profundamente preocupado com a parte subsequente, porque ela, também face à intervenção do Deputado Ricardo Rodrigues, não me deixa rigorosamente nada tranquilo. Isto é: se tivermos este relatório em formulação definitiva, mesmo com algumas sugestões, ainda que venham para melhorar, se é que é possível ainda melhorar este texto, na segunda-feira ao meio-dia já vem muito a tempo, eu até diria que, se fosse às 5 horas da tarde, viria na mesma a tempo, porque ele é conhecido e as alterações relativamente ao que aqui está são muito pequenas. Agora, o que me deixa profundamente preocupado é que foi associada a entrega, até às 12 horas de segunda-feira, do projecto de conclusões e

recomendações e do enunciado — naturalmente no âmbito das recomendações — da legislação que deve ser alterada. Isto é profundamente preocupante, porque nós, menos de 24 horas depois, temos de ter isto votado.

Aparte inaudível.

Pois é! A reunião começa às 10 horas de terça-feira, pelo menos é para quando está marcada. Portanto, são menos de 24 horas.

Portanto, Sr.^a Presidente, de duas, uma: ou paramos para pensar ou, por mais esforços que o Deputado Miguel Macedo faça de inventariar legislação, alguma da qual, se calhar, já por aqui passou e foi rejeitada...

Digamos que, por mais esforços que ele faça, o tempo poderá não ser suficiente para debatermos com alguma ponderação as conclusões e, sobretudo, para quem dá ou entenda poder dar o benefício da dúvida ao PS procurar inverter o sentido que o PS ou a Deputada Sónia Sanfona decida atribuir ao conjunto de conclusões e recomendações que venham apresentar.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Eu não dou o benefício da dúvida!

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Deputado Miguel Macedo não quer dar o benefício da dúvida à Deputada Sónia Sanfona, mas eu dou.

Portanto, o que acho bastante problemático é como é que vamos ter tempo para, em menos de 24 horas, votar as conclusões. Isso é que vai ser a parte politicamente relevante.

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, vamos, agora, ouvir o Sr. Deputado João Semedo.

Depois do Sr. Deputado João Semedo falar, vou encerrar esta discussão, porque acho que isto já não adianta muito, sem prejuízo de dar a palavra à Sr.^a Deputada Sónia Sanfona para uma intervenção final.

Tem a palavra, Sr. Deputado João Semedo. Agradeço-lhe a sua capacidade de síntese.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Presidente, eu só quero clarificar — porque sobre isto não quero que fique qualquer equívoco — que também reconheço muito mérito no trabalho e, sobretudo, no esforço feito pela Sr.^a Deputada Sónia Sanfona e pelas pessoas que a terão ajudado. Não ponho isso em causa! Já disse isso na nossa reunião anterior e reitero aqui o que, nessa altura, disse. Mas isso não nos pode impedir de ter opiniões diferentes sobre a organização e a sistematização, para além das partes em concreto que estão em discussão.

Eu, por exemplo, não vejo qualquer razão para que as actas da SLN façam parte do relatório, tanto mais que, aparentemente, alguém se cansou de sintetizar as actas a meio e dá-se um salto da acta n.º 143 para a acta quinhentos e não sei quantos... Eu acho que isso não é um elemento que tenha relevância suficiente para o relatório propriamente dito. Parece-me que um anexo seria bem mais razoável.

Também me parece que toda aquela informação factual obtida sobre aquele universo de empresas que vem aqui descrito, se justificaria melhor estar num anexo.

Portanto, é esta alteração da organização e da sistematização do texto que me sinto à vontade de propor, sem que isso signifique nem um

superconvencimento meu sobre as minhas faculdades nem, muito menos, seguramente, qualquer menosprezo pelo trabalho feito e pelas qualidades da Sr.^a Deputada.

Também, como já disse, gostava de referir que, apesar de nenhuma das propostas feitas pelo Bloco de Esquerda, umas formalmente como propostas e outras sob a forma de sugestão, estarem contempladas, reconheço que, nesta segunda versão, ao ter-se acrescentado um conjunto de actas, o documento melhorou e, em muitas circunstâncias, foi ao encontro de propostas concretas, de sugestões e de recomendações feitas pelo Bloco de Esquerda. Não tenho qualquer dificuldade em dizer isto.

No entanto, continuo a achar que há coisas que apurámos como factos e que não constam do relatório, que, a meu ver, são muito importantes para, depois, se poderem tirar as conclusões que penso que deveriam ser tiradas.

Por último, quero dizer que acho o prazo para as conclusões aflitivo. Eu já estava convencido de que ia passar o fim-de-semana a ver as conclusões, mas, pelos vistos, tenho folga durante o fim-de-semana... Mas eu não quero ter essa folga, porque, de facto, ler as conclusões e redigir as conclusões das 12 horas de um dia às 9 horas da manhã do dia seguinte vai dar algum trabalho, porque as conclusões não serão tão microcirúrgicas como as que o Deputado Nuno Teixeira de Melo aqui adiantou.

Portanto, acho que temos de rever o calendário dos nossos trabalhos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, peço a palavra para um inciso rápido.

A Sr.ª Presidente: — Para um inciso rapidíssimo, disse?

O Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Rápido, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: — É um treino para o Parlamento Europeu. Tem a palavra por um máximo de 2 minutos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ouvei estas intervenções e quero dizer que é suposto que este relatório, que ouvi dizer que é entediante, que é maçudo ou que é maçador, não seja uma novela ou um romance. A matéria é necessariamente densa e técnica, portanto é suposto que quem queira divertir-se com ela opte por dirigir-se a uma livraria e por comprar um romance ou uma fotonovela... Quem quiser perceber o que se passou ao nível do BPN, das falhas de supervisão e da nacionalização, então, opte lê-lo, por muito denso e técnico que isto seja.

Devo dizer que, porventura, o relatório só pecará por defeito nesta parte expositiva, porque são muitos os factos que, desse ponto de vista, também aqui poderiam constar, mas, enfim, há um registo e actas de todos os trabalhos da Comissão, onde quem quiser apurar exhaustivamente um ou outro aspecto em pormenor o poderá fazer.

Agora, devo dizer que relevante mesmo são as conclusões. Nós tivemos aqui seis meses de audições e todos nós temos presente o que aconteceu, conhecemos os documentos, sabemos também aquilo que

deve ser concluído e, nessa matéria, fiquei preocupado quando se diz que 24 horas é pouco para que se estudem conclusões. Eu, desde que as conclusões sejam acertadas, 24 horas para mim chegam, Sr.ª Presidente.

Neste ponto, quero dizer o seguinte, para registo, para memória futura e para ponderação da Sr.ª Deputada relatora: depois do que aqui foi dito e ouvido e do que consta desta parte expositiva, parece evidente — não resultaria sequer lógica outra possibilidade —, ao nível da gestão do BPN, a existência de fraudes gravíssimas, que lesaram os depositantes nos seus depósitos e os accionistas no seu património; ao nível da supervisão, a falha gravíssima e reiterada de supervisão...

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, as conclusões não são hoje!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sabe, Sr.ª Presidente? Quando estes trabalhos começaram, propus a criação de um grupo de trabalho. E o que é um bocadinho insólito é que eu tenha proposto a criação de um grupo de trabalho e ele tenha sido recusado e, aqui chegados, se ande a pedir aos Deputados dos outros partidos contributos para a elaboração do relatório. Isso é que não é muito normal!

Portanto, antes que, depois, me peçam novos contributos para a elaboração de conclusões, como me foi pedido para a elaboração do relatório, antecipo, desde já, estas três conclusões que me parecem óbvias. E, se por aí não formos, mal estará a Comissão.

Falta, portanto, apenas a conclusão sobre a nacionalização e o défice de informação prestada a este Parlamento, quando teve de decidir a nacionalização do BPN.

Portanto, se assim for, 24 horas chegam muito bem, Sr. Deputado Ricardo Rodrigues e Sr.ª Deputada Sónia Sanfona. Espero é que o caminho não seja outro.

A Sr.ª Presidente: — Desculpem, Srs. Deputados, mas hoje estamos a discutir esta parte do relatório, porque, senão, andamos às voltas e não saímos daqui.

Os Srs. Deputados Hugo Velosa e Honório Novo pediram-me para fazer um incisos brevíssimos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sr.ª Presidente, o inciso é brevíssimo e sei que não vai resultar, mas quero que fique em acta esta minha ideia, que tem a ver um pouco com algo que o Deputado João Semedo disse: do ponto de vista técnico, a forma como está feita esta...

Bom, eu não vou entrar nisso de ser muito ou pouco longo, porque, enfim, é um pormenor, mas há uma questão técnica que acho que é fundamental, é que as conclusões, sejam do que for, tal como a sentença de um juiz, tem de se basear em factos. E só há dois tipos de factos: provados e não provados. Ora, a exposição não está elaborada por factos provados e não provados.

O Sr. João Semedo (BE): — Claro!

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Isto não é uma crítica à relatora, foi uma opção sua. Julgo que, numa reunião anterior, já disse mais ou menos isto, porque esta é a minha ideia de base.

Isso seria muito melhor para todos nós. Porque a formulação de conclusões que não estão, do ponto de vista técnico, baseadas em factos provados e não provados e, sobretudo, nisto: factos provados; fundamentação – que é o que se deve fazer, em qualquer circunstância, numa decisão.

Este facto está provado. Fundamentação: depoimento de fulano tal. Facto provado. Fundamentação: documento a folhas tal. Isto para dar um exemplo!...

Vejo que houve um esforço, nalguns casos, para se perceber que o facto estava provado, porque houve um depoimento de alguém que disse aquilo — estive agora a ver com esse cuidado —, mas não há dúvida de que isso seria muito melhor para a elaboração das conclusões.

Sei que agora é praticamente impossível dar a volta a esta situação, mas eu não queria deixar de dizer e de ficar marcada em acta que esta é a minha opinião.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, peço licença.

Presumo, e é essa a minha interpretação, que o que aqui está factualmente são factos provados, que não há aqui matéria controvertida! É porque se não forem factos provados, então, mal estaríamos!...

O Sr. João Semedo (BE): — Não é verdade! Há parágrafos que contradizem os anteriores!

A Sr.ª Presidente: — Srs. Deputados, agradeço que mantenhamos a ordem na reunião. Eu já tinha terminado a inscrições e dado a palavra ao Sr. Deputado Honório Novo. Acho que já todos percebemos quais são os pontos de vista dos Srs. Deputados.

Sr. Deputado Honório Novo, tem a palavra, pedindo-lhe que seja muito breve, pois já todos entendemos tudo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.ª Presidente, em primeiro lugar, o estilo de desenvolvimento de um trabalho tem características pessoais. Não me imiscuo no estilo pessoal do desenvolvimento de um trabalho desde que no mesmo estejam os elementos factuais relevantes. Desde que nesse trabalho, como anexos, estejam os elementos de prova suficientes, as conclusões podem ser tiradas.

Em segundo lugar, não sou o Ministro Teixeira dos Santos e não sofro da doença do optimismo incorrigível. Não sei se com a ida para Bruxelas o Deputado Nuno Teixeira de Melo adquiriu este espírito optimista incorrigível, mas a verdade é que, para mim, conclusões microscópicas ou não microscópicas têm de ser ponderadas, e menos de 24 horas para analisar um conjunto de recomendações, conclusões e propostas de alteração legislativa, sobre as quais andamos a trabalhar há seis meses — apesar do optimismo do Deputado Nuno Teixeira de Melo ou do Prof. Teixeira dos Santos —, parece-me pouco.

A Sr.ª Presidente: — Para terminar, vou dar a palavra à Sr.ª Deputada Sónia Sanfona.

Uma vez que vários Srs. Deputados estão preocupados com o tempo, não vejo inconveniente em que a reunião, em vez de ser às 10

horas da manhã, seja às 15 horas. Portanto, a reunião fica para 3.ª feira, dia 7, às 15 horas.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr.ª Presidente, dá-me a palavra?

A Sr.ª Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr.ª Presidente, gostaria de saber se a Sr.ª Deputada relatora vai seguir nesta segunda fase do seu trabalho, digamos assim, o mesmo procedimento que solicitou aos Deputados da Comissão na primeira fase. Ou seja, quero saber até que dia e até que horas podemos mandar propostas de conclusões.

A Sr.ª Presidente: — Srs. Deputados, gostava de ouvir a vossa opinião sobre a hora da próxima reunião.

Entretanto, vou dar a palavra à Sr.ª Deputada Sónia Sanfona para esclarecer os Srs. Deputados sobre algumas das questões colocadas e, depois, darei por finda a reunião.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, começando por pegar na sugestão que o Sr. Deputado Hugo Velosa fez na sua última intervenção, recordo que quando começámos os trabalhos da Comissão, em matéria de audições foi aqui sugerido por uma Deputada desta Comissão que as questões colocadas e a forma de interrogatório ou de questionário aos depoentes fosse feita rigorosamente de acordo com o procedimento tido num tribunal.

Essa proposta foi aqui feita e os Srs. Deputados, na generalidade, consideraram — bem quanto a esta parte, mal talvez quanto a outra — que esta Comissão não é um tribunal e, portanto, tem de apurar conclusões políticas e não conclusões jurídicas; que não se deve reger estritamente pelos mesmos princípios ou pelas mesmas regras, de uma forma estrita; e que devia ser dada alguma latitude às pessoas para opinarem, para colocarem os seus pontos de vista, inclusivamente até para só opinarem — aliás, houve aqui alguns depoentes que em matéria factual trouxeram muito pouco, que trouxeram a sua opinião na esmagadora maioria da sua intervenção.

E, portanto, tomando por boa a decisão que a Comissão então fez, não se justifica, do meu ponto de vista, que um relatório desta Comissão, depois da metodologia de trabalho que teve ao longo de seis meses, seja um relatório de factos provados, factos não provados, sentença. Porque era mais ao menos assim... Em rigor, factos provados, factos não provados, a seguir não dá conclusões, Srs. Deputados, dá sentença!...

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Eu não disse isso!

A Sr.^a Sónia Sanfona (PS): — É evidente, e os Srs. Deputados puderem constatar — aliás, julgo que tiveram isso em conta quando apresentaram as respectivas propostas —, que aquilo que estávamos a incluir na parte expositiva do relatório era matéria factual que tinha ficado assente na Comissão. Foi assim que foi aqui dito, foi assim que esses factos ficaram aqui explícitos.

Estão aqui contradições. Pois estão, porque estão aqui depoimentos de pessoas que se contraditaram entre si. E se o relatório, na parte

expositiva, pretende ser um espelho daquilo que se passou nos trabalhos da Comissão tem de lá ter o que é que o senhor *a* disse e o que é que o senhor *b* disse contrariamente ao senhor *a*. Portanto, é evidente que tem contradições, porque as contradições foram-se avolumando ao longo dos trabalhos e o relatório pretende, desde o início, ser fidedigno quanto a essa matéria.

Quero esclarecer que, não obstante todas estas considerações, inicialmente, quando foi proposta a criação de um grupo de trabalho e a Comissão, ou pelo menos os Deputados do PS entenderam que não devia ser assim, tive oportunidade de fazer uma intervenção — que estará gravada e, portanto, também não me esqueço dela e apelo à memória dos Srs. Deputados —, depois de ter sido designada relatora, no sentido de dizer que faria este trabalho da forma que eu entendia ser a mais correcta, ou seja, apelando à participação dos Srs. Deputados na elaboração do relatório. Eu disse isto desde o início. E, portanto, contaria com os vários contributos que quisessem e entendessem dar para enriquecer e melhorar o trabalho que pretendia fazer ao nível do relatório. E foi assim que fiz.

Agora, Srs. Deputados, após esta fase — e já vou esclarecer algumas questões que acho importante deixar esclarecidas —, o que me proponho fazer é apresentar um documento final, um relatório e conclusões, na próxima segunda-feira, sendo esse documento levado a discussão na próxima terça-feira, altura em que, naturalmente, as propostas de alteração, de aditamento e de exclusão às conclusões, seja o que for, serão obviamente discutidas. Porque, julgo, é para isso que a reunião existe, não é só para virmos aqui levantar o braço e dizer se votamos contra ou a favor das conclusões!...

Portanto, no meu entendimento, a discussão que há-de ser feita no dia da discussão do relatório e conclusões e da votação há-de ser, obviamente, para os Srs. Deputados dizerem de sua justiça quanto ao que está nas conclusões e proporem o que entenderem que deve ser proposto, de acordo com o que julgarem ser mais correcto ou mais justo.

Quero dizer que este desfiar um bocadinho exaustivo de um conjunto muito vasto de actas da SLN foi uma opção minha, porque julgo que há um conjunto de ilações que podem vir a ser vertidas em conclusão que só são possíveis de retirar se fizermos uma análise de uma história que é contada ao longo deste período de tempo, compreendido nestas reuniões. E como entendo, e foi isso que suportei, que não devo colocar opiniões nesta parte expositiva ou retirar daqui quaisquer conclusões, permiti-me colocar aqui um conjunto de informação, da qual acho que é possível retirar alguma conclusão. Porque estas actas contam, de facto, uma história e é possível, ao analisá-las, perceber como é que esta história foi, se começou, se foi continuando, se foi avolumando e como é que ela chega a um epílogo.

Depois, relativamente às propostas do PCP que o Sr. Deputado Honório Novo aqui colocou, quero dizer-lhe, quanto àquilo que apresenta como proposta de alteração/aditamento à matéria de facto e de direito sobre o Banco Insular, que estão aqui um conjunto de propostas vertidas, também por propostas anteriores nossas e de outros grupos, nas páginas 53 e 54 do novo documento e a alínea g), nas páginas 56 e seguintes. Ou seja, todas essas questões, quer o processo de venda do Banco Insular à Insular Holdings, quer quem era o detentor da Insular Holdings, por que foi vendido o Banco Insular, a questão da venda aos sócios da Marazion, a questão de o Banco de Portugal não ter acompanhado a venda do ponto

de vista da informação dos compradores e a última, a concessão do financiamento a accionistas e administradores, estão vertidas, todas elas, mais ou menos nestas páginas.

Relativamente à outra questão que o Sr. Deputado levantou, de que eu apenas resumi, percebi que fazia para si alguma diferença que não houvesse um resumo mas, sim, uma maior extensão na análise deste ponto. Quero dizer-lhe que não vejo qualquer inconveniente em que seja transcrita a proposta tal como a fez. Prende-se com o segredo de justiça, o segredo profissional e o sigilo bancário e a história que teve o recurso ou não ao tribunal da relação, quem é que o propôs, como é que foi a votação, etc. Remeti apenas para a existência desta proposta e para a votação final. O Sr. Deputado gostaria de ver este ponto mais desenvolvido e não vejo qualquer obstáculo a isso.

Relativamente às alterações legislativas — os Srs. Deputados referiram-se às conclusões, às recomendações e às propostas de alteração legislativa —, penso que as conclusões, as recomendações e as propostas de alteração legislativa, a existirem, devem ser todas feitas em sede de conclusão.

Enfim, haverá conclusões, haverá recomendações e haverá as propostas de alteração legislativa, mas quero recordar que estas propostas de alteração legislativas, tal como entendo que a Comissão as deve fazer, são mesmo propostas de alteração legislativa, porque, como sabem, esta Comissão não tem iniciativa legislativa e, portanto, terão de ser os grupos parlamentares, a seguir, a apresentar as propostas em concreto. Portanto, dou por boa a aceitação dos Srs. Deputados de que não vou desenvolver o que é cada proposta. A minha ideia é pura e simplesmente indicar em que matérias e em que sentido julgo que essa

alteração deve ser produzida. Portanto, não me vou alongar em termos de exposição...

A Sr.^a Presidente: — Não vai fazer o articulado...

A Sr.^a Sónia Sanfona (PS): — Não vou fazer o articulado, com certeza!

Finalmente, quanto ao estilo e à metodologia deste relatório, Srs. Deputados, quero dizer-vos que, de facto, esta é uma matéria um bocadinho densa, muito técnica e de muito difícil degustação do ponto de vista de quem tem de analisar muita documentação.

Como sabem, as actas dos depoimentos são extensíssimas, porque os depoimentos duraram horas. Há muita coisa que poderia estar no relatório, mas, então, se queríamos que estivesse lá tudo a única hipótese era mesmo transcrevermos tudo, copiarmos documentação e teríamos uns quantos *dossiers* de relatório.

E, portanto, é preciso fazer algumas opções. Nem sempre são fáceis ou, pelo menos, nem sempre coincidem com as opções que outros Srs. Deputados fariam. Aquilo que me motivou nas opções que fiz foi, sobretudo, querer deixar um documento transparente, onde se percebesse que há uma representação fidedigna do que aconteceu e do que foi apurado na Comissão. A minha preocupação foi essa. Não sei se o consegui ou não, mas era esse o meu objectivo.

Quero dizer que não é fácil construir aqui um texto muito apelativo. Entendo algumas das sugestões que o Sr. Deputado fizeram e posso voltar a examinar o documento no sentido de, num ou noutro ponto, poder alterar a sistemática e a forma como coloco o texto, mas devo dizer-vos

que isto também não é muito fácil de compaginar, depois, com o conjunto de propostas que introduzi e que têm de ser rearranjadas à luz do texto que estou a fazer, para isto ter alguma lógica e para poder ser lido de uma forma escoreita.

Portanto, quero dizer que tomo em consideração quer as sugestões do Deputado Miguel Macedo quer as sugestões do Deputado João Semedo e posso procurar rearranjar alguma coisa; agora, isto não é um trabalho muito fácil, no meio de tanta informação e querendo os Srs. Deputados obter as conclusões o mais rapidamente possível.

Portanto, peço-lhes esta compreensão e tolerância, sendo certo que, se a Sr.^a Presidente se dispuser a alterar a reunião para a parte da tarde de terça-feira, VV. Ex.^{as} ganharão também mais algum tempo para poderem examinar e fazerem o que entenderem sobre as conclusões.

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, registei que todos os grupos parlamentares felicitaram à Sr.^a Deputada Sónia Sanfona pelo trabalho duro, difícil, pesado e controverso, como é evidente...

O Sr. João Semedo (BE): — Felicitar, até ver...!

A Sr.^a Presidente: — Na parte expositiva do relatório...

O Sr. Deputado João Semedo quer fazer uma interpelação à Mesa?

O Sr. João Semedo (BE): — Não Sr.^a Presidente, não faço interpelações à CDS. Quero mesmo falar apenas para dizer o seguinte: quando li o relatório achei uma opção inteligente o ter-se optado por fazer uma síntese das actas da SLN. Acho que isso foi uma boa ideia, mas

acho que elas devem constar como anexo ao relatório e que não faz muito sentido, até pela importância que estou a sublinhar, que elas se interrompam em Março de 2001 e só retomem o seu curso em Novembro de 2007. Isto é que é incompreensível. Portanto, não faz sentido estar aqui a dizer que é muito interessante e muito importante ter as actas da SLN e depois durante sete anos não haver actas... Eu acho que isto não faz sentido!

Segunda questão que quero colocar é esta: eu não estou nada de acordo nem tenho a tese que o relatório seja entediante... Não é isso, mas há formas de organizar e sistematizar melhor ou pior um texto...

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado, eu até acho que podemos, depois, propor que noutras comissões de inquérito até tenhamos connosco alguém que domine completamente a técnica literária para, na sequência de um relatório, fazer um segundo sobre-relatório que construa tudo aquilo que nós fomos fazendo como algo que possa ser apelativo até para transformar o trabalho na Assembleia da República como algo que se aproxima mais dos cidadãos e da maneira como eles gostam de ver vertidos determinado tipo de acontecimentos...

O Sr. João Semedo (BE): — Eu quando estiver reformado ofereço-me voluntariamente...

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado, eu até acho que teremos oportunidade de na sequência de todo o trabalho que aqui desenvolvemos algum dos nossos brilhantes escritores agarrem toda esta matéria para fazer um enredo exaltante.

Srs. Deputados, portanto, como estava a dizer, registei estes louvores, estes elogios à Sr.ª Deputada Sónia Sanfona em relação a esta parte do relatório, registei igualmente a vontade que a Sr.ª Deputada teve de incorporar todos os contributos e também registei que a Sr.ª Deputada Sónia Sanfona enviará a todos os Srs. Deputados, ou enviará à Comissão para ser imediatamente reencaminhado para todos os Srs. Deputados a parte final deste relatório – propostas, recomendações e conclusões –, até às 12 horas de segunda-feira e que a nossa reunião final fica marcada para as 15 horas de terça-feira, sendo que peço aos Srs. Deputados que estejam presentes mesmo às 15 horas, porque há sempre uma parte de tempo que perdermos porque estamos à espera uns dos outros.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, há algum inconveniente em que a nossa reunião comece às 17 horas?

A Sr.ª Presidente: — É só pela questão do prolongamento da reunião... Se definirmos um início e um termo para a Comissão não me importo, se não acho preferível começarmos às 15 horas.

Apartes inaudíveis.

Srs. Deputados, começaremos, então, às 17 horas e terminaremos às 21 horas, se se atrasarem eu não acrescento o tempo do atraso às 21 horas.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 14 horas e 45 minutos.